
O Brexit e os emigrantes portugueses no Reino Unido

Raquel Xavier Rocha*, Jennifer McGarrigle e Alina Esteves****

* IGOT, Universidade de Lisboa, ** CEG, IGOT, Universidade de Lisboa.

OEm Working Papers

07

novembro de 2020

O processo do Brexit introduziu incertezas no futuro migratório dos migrantes da União Europeia que vivem no Reino Unido. Esta investigação explora as representações que os emigrantes portugueses residentes no Reino Unido fazem sobre a saída do país da União Europeia e a forma como o Brexit alterou as suas aspirações migratórias. Estes portugueses delinearam os seus planos num contexto de falta de garantia acerca dos direitos futuros de residência no país e, apesar de os rendimentos anuais, o grau de instrução e o tempo de residência destes cidadãos se terem revelado determinantes na forma como experienciam e reagem ao Brexit, este não alterou as aspirações migratórias e planos de vida dos emigrados no Reino Unido. Embora seja responsável por um sentimento de insegurança entre os emigrados portugueses no Reino Unido, a pouca interferência do Brexit nos planos migratórios dos respondentes revela que esta é uma “mobilidade líquida”.

Palavras-chave Brexit, emigrantes portugueses, imigração europeia, mobilidade líquida, Reino Unido.

Title Brexit and Portuguese emigrants in the United Kingdom.

Abstract The Brexit process has brought uncertainty into the future migration of European Union migrants living in the United Kingdom. This research aims to explore the representations that portuguese emigrants residing in the United Kingdom made about leaving the country from the European Union and how Brexit changed their migratory aspirations. Those portuguese outlined their future in the context of a lack of assurance about future rights of residence in the country and, despite the annual income, education and length of residence of these citizens, have proved crucial in how they experience and react. Brexit did not change the migrants' aspirations and future life plans in the UK. Although responsible for a feeling of insecurity within this community, the little interference of Brexit in respondents' migratory plans reveals that this is a net mobility.

Keywords Brexit, european immigration, net mobility, portuguese emigrants, United Kingdom.

Receção: 20 de dezembro de 2019.

Aprovação: 28 de janeiro de 2020.

Nas publicações do OEm usa-se a formatação anglo-saxónica dos números: os milhares são separados por vírgulas e as casas decimais por pontos.

Observatório da Emigração

Av. das Forças Armadas, ISCTE-IUL, 1649-026 Lisboa, Portugal

Tel. (CIES-IUL): + 351 210464018

E-mail: observatorioemigracao@iscte.pt

www.observatoriodaemigracao.pt

Índice

Índice de quadros, gráficos e figuras.....	4
Introdução	5
1 O Brexit e os cidadãos europeus a viver no Reino Unido: a visão a partir da literatura.....	9
2 Reações e representações do Brexit: resultados da investigação	12
2.1 Descrição da amostra.....	12
2.2 Motivações migratórias	14
2.3 As representações dos portugueses emigrados no Reino Unido	14
2.4 Planos até 2019.....	16
2.5 Planos até 2021.....	17
2.6 O novo estatuto para cidadãos europeus.....	18
Notas finais	21
Referências bibliográficas	23

Índice de quadros, gráficos e figuras

Quadros

Quadro 1	Opinião dos portugueses emigrados no Reino Unido sobre o Brexit, por habilitação literária	15
Quadro 2	Nível de concordância dos portugueses emigrados no Reino Unido com o discurso anti imigratório de Nigel Farage, por habilitação literária	16
Quadro 3	Grau de conhecimento dos portugueses emigrados no Reino Unido acerca do novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por habilitação literária	19

Gráficos

Gráfico 1	Planos dos portugueses emigrados no Reino Unido até março de 2019	17
Gráfico 2	Planos dos portugueses emigrados no Reino Unido relativamente ao novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido	19

Figuras

Figura 1	Ilustração da política do governo em relação à continuidade dos direitos de imigração para os cidadãos da União Europeia e suas famílias após a saída do Reino Unido da União Europeia: procedimentos necessários de acordo com a data de chegada.....	8
----------	--	---

Introdução

Esta investigação surge num contexto de incerteza relativamente ao real significado do Brexit e aos seus efeitos nos cidadãos portugueses residentes no Reino Unido. Este impacto ainda incerto do Brexit nos portugueses emigrados no Reino Unido não foi, até agora, aprofundado, sendo que os projetos mais recentes apenas apontam para o possível efeito do Brexit na redução dos fluxos migratórios portugueses para o país (Pires *et al.*, 2017), omitindo o seu significado para a grande comunidade portuguesa residente no Reino Unido. Neste sentido, esta investigação visa essencialmente explorar as representações que estes emigrantes portugueses têm do Brexit e a forma como os seus planos futuros e aspirações migratórias serão afetados.

O Brexit é o resultado do referendo realizado a 23 de junho de 2016 no Reino Unido acerca da sua permanência na União Europeia. Os resultados do referendo mostraram um Reino Unido profundamente dividido entre a saída (51,9%) e a permanência (48,1%) na União Europeia. A insatisfação dos britânicos com a União Europeia esteve sempre presente desde a adesão em 1973, fator que se relaciona com a própria identidade. No entanto, foi a imigração uma das principais justificações do Brexit. Com efeito, o referendo e o seu resultado mostraram-se iminentes e inevitáveis, já que os motivos que justificaram o Brexit operavam no Reino Unido há mais de dez anos (Clarke *et al.*, 2017).

No contexto da imigração intraeuropeia e da crescente diversidade de migrantes, a migração líquida caracteriza-se pelo seu carácter temporário (os imigrantes não pretendem alcançar a residência permanente), laboral (em busca de melhores condições económicas), legal (por se realizar no interior do espaço europeu, o que permite aceder na totalidade aos direitos de residência e trabalho), fluído (as fronteiras europeias são permeáveis) e espontâneo (os seus fluxos são imprevisíveis), bem como pela reduzida importância das redes sociais nas decisões migratórias, sendo que são decisões mais individuais e, por fim, a imprevisibilidade intencional, com os migrantes a optar por manter várias opções em aberto (Engbersen & Snel, 2013:33-35 citado por King, 2017b). A livre circulação europeia propiciou a existência destas mobilidades fluídas, caracterizadas pela permeabilidade das fronteiras entre países europeus, que permitem aos cidadãos europeus usufruírem do privilégio de procurar emprego e residir livremente em qualquer país da União Europeia (Lulle *et al.*, 2017). O Brexit é uma ameaça à perpetuação dessas mobilidades europeias líquidas para o Reino Unido que se intensificaram a partir da crise financeira de 2008 (Lulle *et al.*, 2017).

Este artigo baseou-se num conjunto de diferentes abordagens metodológicas. Primeiramente, procedeu-se à recolha indireta de dados secundários qualitativos e

quantitativos que permitissem caracterizar o contexto migratório do Reino Unido antes do referendo do Brexit, retratar a emigração portuguesa para o Reino Unido e a grande comunidade portuguesa residente, avaliar o impacto da imigração europeia no panorama social, político e económico britânico, assim como no próprio referendo, o momento migratório pós-referendo para três períodos (até 2019, de 2019 até 2021 e posterior a 2021) e, por fim, as representações que os imigrantes têm feito acerca do que virá a ser o Brexit. Desta forma, realizou-se igualmente uma análise das políticas britânicas, em particular da migratória, e respetivas propostas políticas por parte do governo. A segunda fase envolveu a elaboração de um questionário *online* destinado a migrantes portugueses a residir no Reino Unido e visou a recolha de informação acerca das características sociodemográficas, experiências migratórias, aspetos sobre a vida no Reino Unido, atitudes e reações relativas ao Brexit, bem como aspirações futuras dos participantes. Foram recebidas respostas de 1,012 respondentes nos meses de maio e junho de 2018.

Em 2016 registaram-se 30,6 mil entradas e, apesar de o Reino Unido continuar a ser o principal destino da emigração portuguesa (Pires *et al.*, 2019), o número de entradas de portugueses no país decresceu significativamente (18,871 em 2018). Ademais, a comunidade portuguesa residente no país revelava, progressivamente, um maior grau de qualificação (Pires *et al.*, 2015). Se num período anterior, a emigração era essencialmente económica e desqualificada, este novo impulso dos fluxos portugueses para o Reino Unido, apesar de continuar a ser laboral, representa um bom exemplo da mobilidade líquida para o país pois é uma mobilidade europeia, maioritariamente jovem e instruída. Esta imigração intensificou-se, particularmente, em 2011 com o despoletar da crise económica em Portugal e atingiu o seu pico máximo de crescimento em 2013 tendo, a partir daí, vindo a diminuir devido à progressiva recuperação económica do país. Neste contexto, o Brexit pode, igualmente, ter desacelerado estes fluxos para o que hoje é o principal destino emigratório dos portugueses (Pires *et al.*, 2017). O número de emigrados no Reino Unido assistiu a um decréscimo e ambas as reduções (no número de entradas e de portugueses residentes) podem ter sido determinadas pelo Brexit (Pires *et al.*, 2017). Com efeito, a influência do Brexit nesta comunidade residente manifestou-se, apesar da redução dos fluxos, num aumento do número de emigrantes a adquirir documentação que comprove a residência no país e nacionalidade britânica, de maneira a garantir a permanência no país pós-Brexit.

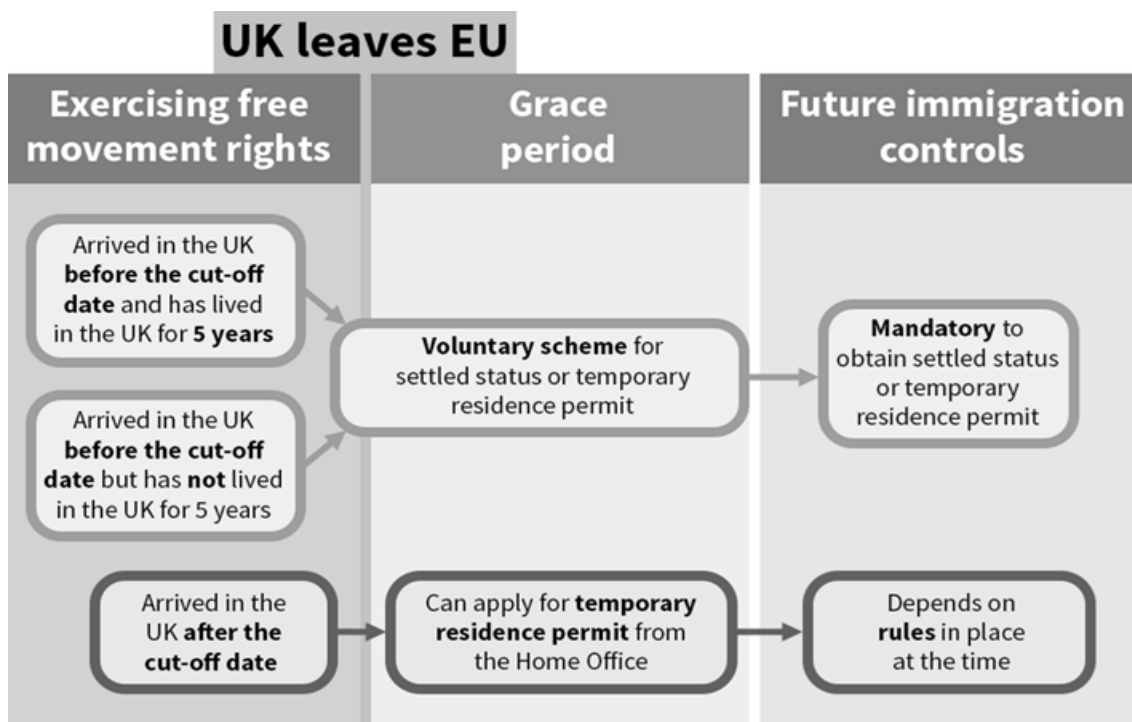
Em dezembro de 2017 e no âmbito da primeira fase de negociações, o Reino Unido e a União Europeia chegaram a acordo relativamente ao estatuto futuro dos cidadãos europeus a residir no Reino Unido, com o governo britânico a garantir a simplificação do sistema de candidatura a residente permanente (PR), tornando-o transparente, claro e simples (Sumption, 2017b). Este acordo tem por objetivo clarificar os parâmetros em que será permitida a continuação da permanência destes cidadãos e o acesso a serviços e fundos

públicos em solo britânico depois da saída oficial em 29 de março de 2019. Conforme mostra a Figura 1, os cidadãos europeus terão de atuar e ser sujeitos a diferentes procedimentos e controlos consoante a data de chegada. Enquanto o Reino Unido fizer parte da União Europeia, os cidadãos europeus não têm o seu estatuto alterado. No entanto, é requerido aos cidadãos europeus e respetivos familiares que, em março de 2019, tenham estado a viver legal e continuamente nos últimos 5 anos no Reino Unido o “estatuto permanente” (*settled status*), com exceção dos cidadãos irlandeses. Os cidadãos que, em 29 de março de 2019, não tenham cumprido esses 5 anos de residência efetiva podem pedir para permanecerem até os atingirem e, depois, solicitar o *settled status*. Os cidadãos europeus têm cerca de dois anos (o período transitório) para requerer o estatuto. Durante este período, os seus direitos serão salvaguardados e o seu estatuto de residente será preservado. Até 29 de março de 2019 aconselhou-se que os cidadãos que não possuem certificado de residente permanente, o peçam para, posteriormente, quando o sistema de aplicação para *settled status* for ativado,¹ poderem trocá-lo pelo novo estatuto, apenas confirmando que ainda residem no Reino Unido.

O presente *working paper* organiza-se em três capítulos principais, sendo que o primeiro corresponde à revisão da literatura acerca dos cidadãos europeus a residir no Reino Unido, no segundo apresentam-se os resultados da investigação na perspetiva das reações e representações do Brexit para os portugueses a viver no Reino Unido e, por fim, apresentam-se as notas finais.

¹ À data da publicação dos resultados da investigação, este sistema ainda não tinha sido ativado.

Figura 1 Ilustração da política do governo em relação à continuidade dos direitos de imigração para os cidadãos da União Europeia e suas famílias após a saída do Reino Unido da União Europeia: procedimentos necessários de acordo com a data de chegada



Fonte GOV.UK, Department for Exiting the European Union, Foreign & Commonwealth Office and UK Visas Immigration, (2017). <https://www.gov.uk/government/publications/safeguarding-the-position-of-eu-citizens-in-the-uk-and-uk-nationals-in-the-eu/the-united-kingdoms-exit-from-the-european-union-safeguarding-the-position-of-eu-citizens-living-in-the-uk-and-uk-nationals-living-in-the-eu>

1 O Brexit e os cidadãos europeus a viver no Reino Unido: a visão a partir da literatura

O Brexit continua a ser uma realidade nebulosa. Com a duração do período transitório ainda a ser discutida pelos governantes e pela EU, é difícil prever de que maneira este processo vai alterar os comportamentos dos emigrantes a residir no Reino Unido. Por essa razão, abordam-se as representações do Brexit, isto é, o que os imigrantes pensam que venha a ser, como os tem afetado, alterado as suas vidas e os seus planos futuros, e que medidas têm tomado.

A União Europeia fez dos seus cidadãos indivíduos privilegiados no que respeita à mobilidade líquida (mobilidade social e geográfica dentro da União Europeia), livre e fluída, intemporal, intencionalmente imprevisível, espacial e socialmente diversa, concedendo-lhes um estatuto invisível, legal (Engbersen & Snel, 2013 citado por Lulle *et al.*, 2017), permitindo-lhes maximizar oportunidades de emprego e de uma vida melhor em qualquer país da União Europeia, progredindo na esfera pessoal, profissional, cultural e económica (Lulle *et al.*, 2017).

Com este privilégio em risco devido ao Brexit, King (2017a) investigou o efeito da saída do Reino Unido da União Europeia na perspetiva da mobilidade jovem que, ao abrigo da livre circulação europeia, se fixou em Londres, realizando entrevistas a cidadãos europeus residentes nesta cidade, antes e depois do referendo. Lulle *et al.* (2017) denotaram no comportamento dos entrevistados o sentimento de intemporalidade e imprevisibilidade intencional que caracterizam a mobilidade líquida, revelando que estes jovens europeus estão abertos a várias hipóteses num contexto pós-Brexit, seja readaptar-se e permanecer no Reino Unido, seja deixar o país e procurar outra residência (Lulle *et al.*, 2017). Assim, apesar de a reconfiguração das trajetórias de migração futuras poder ser um resultado da saída do Reino Unido da União Europeia, Lulle *et al.* (2017) revelam que a decisão de sair de um Reino Unido pós-referendo do Brexit está sim maioritariamente associada às características da mobilidade líquida, das oportunidades que surgem repentinamente e imprevisibilidade desta mobilidade jovem.

Moreh *et al.* (2016), por sua vez, investigaram os planos futuros e as estratégias de integração dos imigrantes - portugueses, romenos e polacos - a residir no Reino Unido à luz do Brexit, num momento anterior ao referendo. Neste projeto, os cidadãos das três nacionalidades manifestaram intenções de permanecer no Reino Unido, independentemente do resultado do referendo. Os polacos e os portugueses mostram-se mais dispostos a adotar estratégias de integração cívica (48% dos participantes portugueses deseja pedir cidadania britânica), o que se explica facilmente por serem vagas mais antigas de imigração (Moreh *et al.*, 2016).

As intenções dos europeus depois do referendo podem ter mudado dada a imprevisibilidade do resultado. Desta forma, a maneira como estes cidadãos serão influenciados pelo Brexit será diferente da inicialmente perspetivada. Efetivamente, como mostra King (2017a), o resultado do referendo foi um choque, sendo esta possibilidade, até então, improvável, como um ataque pessoal aos europeus. No entanto, este choque foi mais evidente para os cidadãos europeus mais antigos como é o caso dos italianos e alemães, do que foi para os mais recentes como os romenos já que se sentiram menos injustiçados por estarem acostumados a serem usualmente encarados como inferiores, menos qualificados e, responsáveis pelo Brexit (King, 2017a).

Os testemunhos reunidos por Remigi *et al.* (2017) apontam para sentimentos entre cidadãos europeus de choque, surpresa, dor, e incredulidade, dado que a vitória do “Remain” era quase uma certeza, abalando os seus sentimentos de identidade e de pertença para com o Reino Unido. Apesar disto, muitos outros cidadãos consideravam este resultado algo previsível por ser um sintoma da conjuntura social montada pelos media contra a imigração. São os europeus que mais mostram a sua consternação, imputando responsabilidades tanto aos tabloides pela disseminação injustificada do ódio aos imigrantes aos slogans nacionalistas e pelo foco nos imigrantes e não na União Europeia (Lulle *et al.*, 2017). Muitos europeus deixaram de se sentir seguros, bem-vindos e valorizados, permanecendo zangados, insultados e, em simultâneo, tristes, magoados e desolados. Apesar disto, um relatório da empresa de consultoria KPMG (2017) revela que apesar de o Reino Unido ter perdido alguma da sua atratividade, continua a ser um país desejável, sensivelmente na mesma medida que o era antes do referendo.

As diversas reações ao resultado do referendo desencadearam diferentes opções relativas aos planos futuros que passam por permanecer (adotando, ou não, estratégias de integração), sair do Reino Unido ou aguardar mais desenvolvimentos das negociações (King, 2017b). Nas palavras de Theresa May, “Brexit means Brexit”, mas, para os cidadãos europeus, o Brexit significa principalmente incerteza (Remigi *et al.*, 2017) e tornou os imigrantes mais visíveis e, nesse sentido, as suas táticas tendem a alterar-se (Lulle *et al.*, 2017). De acordo com o estudo apresentado pela KPMG (2017), 45% dos cidadãos europeus desejam permanecer no Reino Unido depois do Brexit, 8% pretendem sair do país e 35% estão indecisos. O mesmo estudo indica que os cidadãos europeus (cerca de 53%) não se mostram muito interessados nas propostas do governo, aguardando por ações concretas (KPMG, 2017).

Os cidadãos europeus que mais tendem a desistir de viver no Reino Unido são os mais qualificados, jovens e com melhores remunerações, os INDEYS (*independent, in demand, educated and young*), o que pode conduzir à “fuga de cérebros” (KPMG, 2017), já que cidadãos com este perfil facilmente são procurados por outros países e, dada a sua elevada mobilidade, não lhes são apresentados obstáculos à fixação (Remigi *et al.*, 2017). Os cidadãos europeus

têm ainda a hipótese de aguardar mais desenvolvimentos das negociações, sendo esta abordagem denominada de “*wait and see*” (King, 2017a; Lulle *et al.*, 2017). E, por fim, os cidadãos europeus que pretendem continuar a residir no Reino Unido enfrentam os maiores desafios, podendo adaptar-se ou não tomar qualquer ação.

A resposta mais imediata à incerteza passa pela aquisição de documentação que comprove residência. Os cidadãos europeus que decidem permanecer e são contra o Brexit tendem a adotar medidas de resistência como o aumento da participação política e cívica mantendo-se mais informados acerca da situação política britânica, e vocais acerca dos seus direitos (Pont e Peta, 2017). Neste sentido, exploraram-se as representações dos migrantes portugueses recorrendo a um inquérito *online* presentes na secção seguinte.

2 Reações e representações do Brexit: resultados da investigação

2.1 Descrição da amostra

Se se considerar que em 2016 residiam no Reino Unido 131 mil cidadãos de nacionalidade portuguesa, a amostra de 1,012 inquiridos recolhida através do inquérito *online* corresponderia a 0.77% do total da população. Esta contempla cidadãos de nacionalidade portuguesa que não nasceram necessariamente em Portugal, mas cuja residência no país lhes permitiu adquirir cidadania portuguesa e, nessa condição, imigraram para o Reino Unido.

No seu conjunto, 65% são mulheres e 35% são homens, o que aproxima pouco esta distribuição da que se verifica na comunidade portuguesa no Reino Unido (em 2001, 52% eram mulheres, segundo o Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, 2014) e que caracteriza esta emigração como masculina (Pires *et al.*, 2015). A amostra apresenta uma sobre representação do género feminino e que se justifica pela maior recetividade das mulheres em responder ao questionário, sendo esta característica comum em inquéritos *online*, como acontece na investigação levada a cabo por Peixoto *et al.* (2016) (Smith, 2008 citado por Peixoto *et al.*, 2016).

Relativamente à distribuição etária, 36% dos inquiridos têm idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos e 35% entre os 35 e os 44 anos. Tal disposição coincide com a distribuição etária da população portuguesa residente no Reino Unido (dados 2011 para censos de Inglaterra e País de Gales, Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, 2014).

No que diz respeito à naturalidade dos inquiridos, 8% nasceram em países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), 91% nasceram na Europa, destacando-se os 888 naturais de Portugal (88%). Verifica-se que somam 45% da amostra os inquiridos que residem no Reino Unido há menos de 5 anos e são 69% os inquiridos que lá residem há menos de 10 anos. O carácter recente desta migração é confirmado por Peixoto *et al.* (2016).

A distribuição geográfica dos portugueses inquiridos vem ao encontro da que é apresentada por Pires *et al.* (2015) já que a emigração portuguesa para o Reino Unido tem como principal destino Inglaterra (91% dos inquiridos face aos 94% apresentados por Pires *et al.*, 2015). Seguidamente, surge a Escócia com 5% (48 inquiridos), o País de Gales com 3% (35 inquiridos) e, por fim, a Irlanda do Norte com 1% da amostra (12 inquiridos).

Apesar de 91% dos respondentes residirem em Inglaterra e, entre esses, 30% residirem em Londres, confirmam-se os dados oficiais apresentados por Peixoto *et al.* (2016)

relativamente à existência de muitas pequenas concentrações de portugueses dispersas por todo o território (30% em Londres, 23% em Edimburgo, 37% em Cardiff e 34% em Belfast).

A análise dos resultados respeitantes às habilitações literárias dos inquiridos revela que 40% dos inquiridos apresentam um diploma de ensino superior e 35% de ensino secundário, confirmando a tese apresentada por Teixeira Lopes *et al.* (2015) na qual referem que a emigração portuguesa é cada vez mais qualificada, o que contrasta muito com outros períodos emigratórios anteriores que se caracterizavam por uma mão de obra essencialmente desqualificada. Apesar disto, continua a existir uma acentuada polarização entre a comunidade portuguesa no Reino Unido ao nível das qualificações (Peixoto *et al.*, 2016) e continuam a prevalecer os rendimentos mais baixos, com mais de metade da amostra (65%) a auferir rendimentos até às £30,000.

Calculadas as médias dos rendimentos anuais dos inquiridos e comparadas com as dos britânicos verifica-se, imediatamente, que os rendimentos médios anuais dos britânicos são, em todas as faixas etárias, superiores. Pode concluir-se, assim, que se verifica desqualificação profissional em muitos destes emigrantes portugueses, sendo essa situação mais evidente nos mais jovens.

A larga maioria dos respondentes (91%) estava a trabalhar antes de sair de Portugal e, de entre as seções de CAE, destacam-se a do comércio (16%), de alojamento e restauração (14%), as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (13%), a administração pública e defesa (10%) e as atividades de saúde humana e apoio social (10%).

São 90% os inquiridos que têm como meio de vida, no Reino Unido, o trabalho, mostrando mais uma vez que esta é uma emigração essencialmente laboral e são relativamente poucos os que recorrem, como meio de vida, a subsídios, pensões e apoios sociais, negando a perceção dos britânicos de que os imigrantes europeus que residem no Reino Unido vivem à custa de benefícios e subsídios estatais, recebendo mais do que contribuem sob a forma de pagamento de impostos (Dustmann e Frattini, 2014 citado por Salfeld e Merritt, 2017).

A segurança e estabilidade num Reino Unido pós-Brexit pode estar dependente da documentação que cada um é portador e do estatuto conferido por esses documentos. Na amostra recolhida, a maioria dos inquiridos não tinham adquirido o certificado de residente permanente (86%) nem cidadania britânica (97%). Porém, 56% estavam efetivamente registados no Consulado português. Com efeito, as motivações que levam os cidadãos a adquirir cada um desses estatutos, assim como a registarem-se no Consulado, variam bastante, ainda para mais se se considerarem os seus custos desiguais (Sumption, 2017b).

2.2 Motivações migratórias

A principal motivação migratória dos jovens europeus, conforme sugerem Lulle *et al.* (2017), prende-se com a flexibilidade da migração líquida. A análise das razões atribuídas à saída de Portugal permitiu concluir que são as questões económicas que mais levaram os inquiridos a deixar o país. Efetivamente, mais de metade dos inquiridos aponta razões de ordem económica (52%), seguidas das profissionais (28%), das afetivas (13%) e relacionadas com a formação académica (5%). Esta tendência vem confirmar o que Peixoto *et al.* (2016) referem acerca da predominância de razões de ordem económica e profissional, mas que, no caso desta amostra, revela envolver uma maior complexidade de motivações migratórias. Registaram-se, em resposta aberta, comentários ao questionário relativos à pouca valorização das qualificações e oferta de emprego, remunerações insuficientes e pouca qualidade de vida em Portugal face ao Reino Unido.

Efetivamente, a maior disponibilidade de emprego (44%) e os melhores salários comparativamente a Portugal (43%) são as opções de resposta mais referidas, logo seguidas da opção relativa à família/amigos que já se encontram fixados no Reino Unido (39%), o domínio da língua inglesa/mais facilidade de a aprender (35%), a valorização das qualificações dos inquiridos (26%), a prosperidade económica (21%) e a diversidade cultural (14%). Também Peixoto *et al.* (2016) apontaram, como maior fator de atratividade do Reino Unido, a procura existente no mercado de trabalho britânico e, conseqüentemente, a maior oferta de emprego (62%).

2.3 As representações dos portugueses emigrados no Reino Unido

Desconhecendo-se ainda o que será, objetivamente, o Brexit e as suas implicações, é essencial perceber que representações fazem os emigrantes portugueses da situação, o que consideram que venha a ser e o seu impacto. Formam 64% da amostra os respondentes que consideram que os britânicos tomaram uma decisão definitivamente errada quando optaram pelo Brexit e outros 17% assumem que foi uma decisão parcialmente errada. Contrariamente, apenas 8% vêem no Brexit a resolução correta. Os inquiridos mais instruídos são mais propensos a considerar que foi uma decisão errada (89%) (quadro 1), bem como aqueles que mais valorizam a cidadania europeia. Os inquiridos menos qualificados competem com outros imigrantes para os mesmos postos de trabalho, o que faz com que tenham uma perceção mais desagradável da imigração e, por isso, tendam a concordar com a saída (Clarke *et al.*, 2017). Para além disto, Ford e Goodwin (2017) argumentam que são os cidadãos menos instruídos, os menos informados, por consequência, os mais influenciados pelos meios de comunicação e partidos

políticos, e igualmente os grandes apoiantes do UKIP que, por isso, consideram a decisão do Brexit correta, adotando a opinião transmitida por esses meios. Contrariamente, os mais instruídos possuem mais capital humano, tirando, por isso, mais proveito da integração europeia por meio da mobilidade livre e das poucas barreiras em termos comerciais (Clarke *et al.*, 2017) e, por essa razão, não concordam com a decisão pelo Brexit. Por outro lado, os respondentes que mais importância atribuem à cidadania europeia são aqueles que mais usufruem dos seus direitos e, por isso, os mais receosos de os perderem com o Brexit. Neste contexto, alguns inquiridos ainda esperam que haja um retrocesso na decisão (do Brexit) e um deles refere que “se soubesse que o Brexit ia acontecer, nem sequer tinha vindo para o Reino Unido”.

Quadro 1 **Opinião dos portugueses emigrados no Reino Unido sobre o Brexit, por habilitação literária**

Habilitação literária	Correta	Errada	Não sei/não tenho opinião	Nem correta nem errada	Total
1.º e 2.º Ciclos	2.7	73.0	17.6	6.8	100.0
3.º Ciclo	11.4	71.7	9.8	7.1	100.0
Ensino secundário	9.1	81.5	5.4	4.0	100.0
Licenciatura	7.7	83.0	4.3	5.1	100.0
Outros graus de ensino superior	5.4	89.3	1.8	3.6	100.0
Total	8.1	80.7	6.2	4.9	100.0

Nota N=1012. Chi square=40,964, df=12, p=0.000050.

Nigel Farage, enquanto líder do UKIP, num dos seus polémicos discursos (abril de 2016), acusou os imigrantes europeus de, fruto de uma livre circulação incontrolável, afetarem a vida dos britânicos, representando ainda uma ameaça à segurança no clima de perigo e terror que a Europa enfrenta (Clarke *et al.*, 2016). Quando solicitados a emitir uma opinião sobre esta afirmação, 33% dos inquiridos dizem discordar totalmente, 20% discordam parcialmente e uns surpreendentes 31,9% concordam parcial ou totalmente com estes argumentos. Os inquiridos mais instruídos são os mais propensos a discordar de tais fundamentos (73%) (quadro 2), relacionando-se esta questão com o que Ford e Goodwin (2017) indicaram acerca do pouco nível de instrução dos apoiantes do UKIP.

Quadro 2 Nível de concordância dos portugueses emigrados no Reino Unido com o discurso anti imigratório de Nigel Farage, por habilitação literária

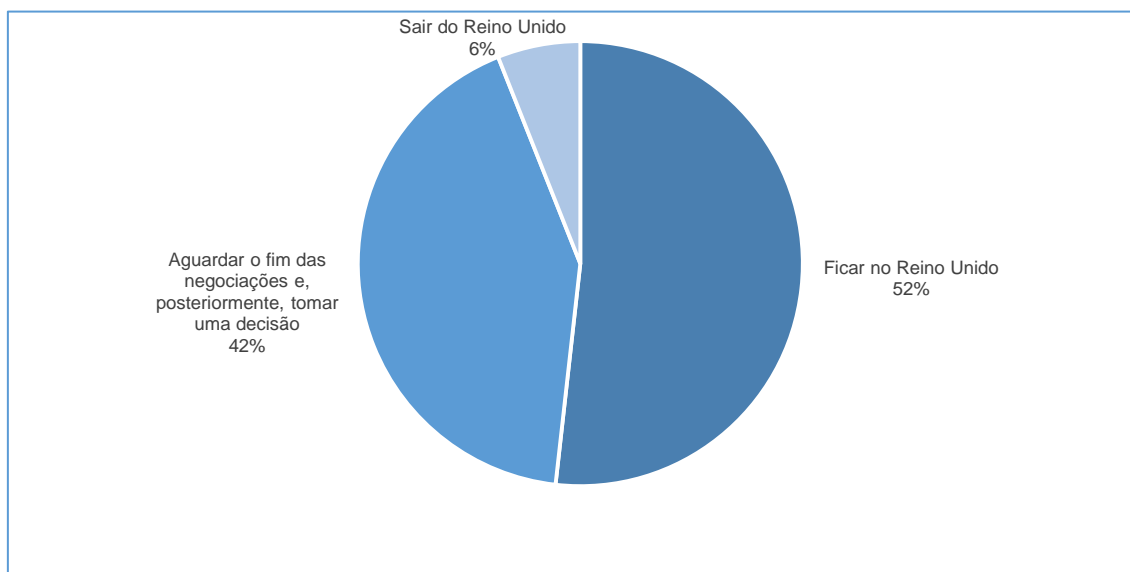
Habilitação literária	Concordo	Discordo	Indiferente	Total
1.º e 2.º Ciclos	29.7	37.8	32.4	100.0
3.º Ciclo	39.7	37.0	23.4	100.0
Ensino secundário	38.5	48.4	13.1	100.0
Licenciatura	26.4	61.7	11.9	100.0
Outros graus de ensino superior	18.5	73.2	8.3	100.0
Total	31.9	52.8	15.3	100.0

Nota N=1012. Chi square=80,236, df=8, p=0.000.

2.4 Planos até 2019

Até 2019, ligeiramente mais de metade dos respondentes (52%) pretende permanecer no Reino Unido enquanto 42% vai aguardar até à data do fim das negociações para tomar a decisão de ficar ou sair do Reino Unido. Conforme consta no gráfico 1, são visivelmente poucos os inquiridos que pretendem sair do Reino Unido antes de o Brexit se efetivar (6%). Estes resultados coincidem com os da empresa de consultoria KPMG (2017) sendo que a maioria dos envolvidos nessa investigação (45% face aos 52% da amostra) pretendem permanecer no Reino Unido, um grande número de inquiridos prefere aguardar antes de tomar uma decisão (35% face a 42% da amostra) e poucos decidem deixar o país em resultado do Brexit (8% face a 6% da amostra). Neste contexto, King (2017a) expôs que o Brexit não alterou os seus planos futuros, mas também que uma grande percentagem dos inquiridos adotou a estratégia *wait and see*, estando a decisão da saída dependente do resultado final do Brexit.

Gráfico 1 Planos dos portugueses emigrados no Reino Unido até março de 2019



Apesar de 52% dos inquiridos desejar ficar no Reino Unido até 2019, 51.9% planeiam adotar estratégias de integração nesse período, coincidindo, assim, com as conclusões do estudo de Moreh *et al.* (2016). São os respondentes que apresentam condições económicas mais desfavoráveis os mais propensos a adotar estratégias de integração até à saída oficial do Reino Unido da União Europeia, bem como aqueles que não adquiriram cidadania britânica e, por isso, sem pleno acesso à residência no Reino Unido. Neste sentido, 46% dos inquiridos pretendem solicitar o certificado de residente permanente, o que pode indicar que optaram por seguir o conselho do Consulado português em Londres (Agência Lusa, 2017b).

A maioria dos 6% dos inquiridos que pretendem sair, nesta fase, do Reino Unido pretende regressar a Portugal (66%) ou fixar-se noutro país da União Europeia (23%), destacando-se, desses, a Alemanha, Espanha e a Holanda.

2.5 Planos até 2021

Aos inquiridos que mostraram ter como planos futuros a permanência até 2019 e optaram pela abordagem *wait and see* (Lulle *et al.*, 2017), aguardando novos desenvolvimentos nas negociações, foi novamente questionado acerca dos planos futuros até março de 2021. Para este período, 77% da amostra revela que pretende permanecer definitivamente no Reino Unido e os restantes 23% desejam sair do país. São os inquiridos menos jovens (35 ou mais anos) os mais favoráveis a permanecer no Reino Unido, e os mais jovens (25-34 anos) os mais propensos a sair do país neste período. Os planos futuros dos respondentes para este período coincidem com aqueles apresentados no estudo da consultora KPMG (2017), cujos resultados

apontam para a saída do Reino Unido, em maior número, de jovens europeus em consequência do Brexit.

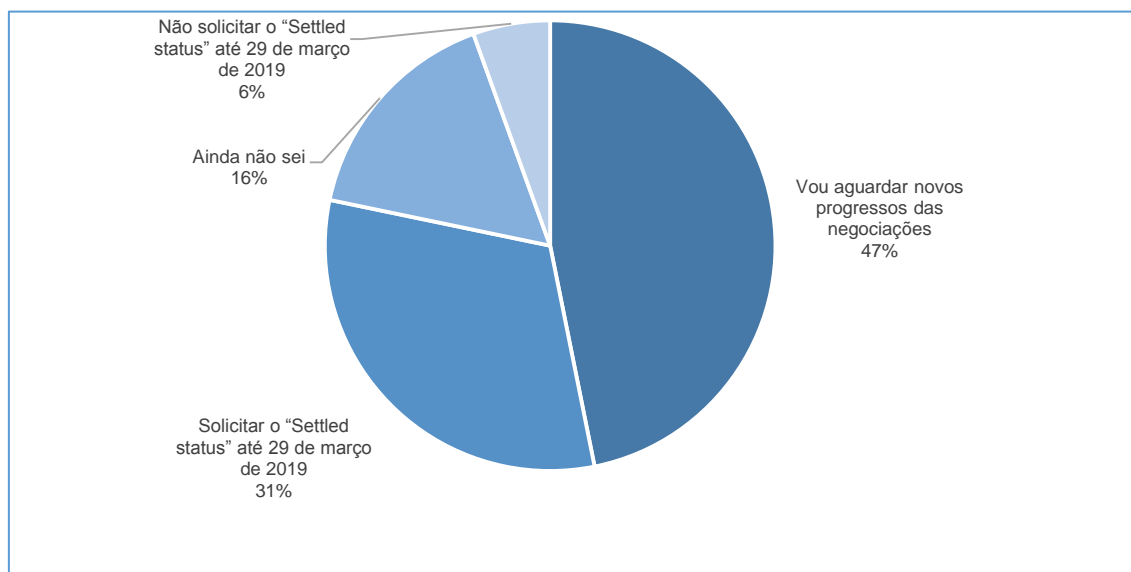
Relativamente à adoção de estratégias de integração, é de realçar que, até 2021, 60% dos inquiridos prevê adotar alguma medida de integração. À semelhança do período aferido anteriormente, este, até março de 2021, apresenta resultados idênticos, mas que evidenciam um crescimento do número de respondentes que pretende adotar este género de táticas. São os inquiridos que auferem rendimentos anuais inferiores os mais favoráveis à adoção de estratégias de integração (66%), assim como aqueles que não têm cidadania britânica são mais suscetíveis de adotar estratégias de integração (62%).

As diferenças observadas entre o desejo mostrado pelos inquiridos em adotar estratégias de integração nos dois períodos analisados – até 2019 (52%) e até 2021 (60%) – podem estar relacionadas com o facto de o segundo período ser mais distante e coincidir com o fim do período transitório depois do Brexit, onde as restrições à imigração serão maiores, bem como a seleção de imigrantes com base nas suas qualificações e rendimentos (Vargas-Silva, 2016) e, por essa razão, os respondentes considerem que, contrariamente ao primeiro período, seja mais necessário adotar estratégias de integração de forma a garantir a sua permanência no país depois do Brexit. Desses 77% dos inquiridos que ambicionam ficar até 2021 no Reino Unido, 52% pretendem adotar como estratégias de integração a aquisição do certificado de residente permanente.

2.6 O novo estatuto para cidadãos europeus

Tendo em conta o recente *settled status* e o período de divulgação do questionário, seria expectável que os respondentes estivessem informados acerca de um estatuto de extrema importância para todos os cidadãos europeus a residir no Reino Unido. No entanto, quase um terço dos inquiridos (32%) referem não estar a par deste novo estatuto, o que significa que a informação não chegou a estes emigrantes portugueses, por falta de acesso e/ou que existe pouco interesse entre os emigrantes em acompanhar o rumo das negociações (gráfico 2). Contudo, salientam-se os 68% de respondentes informados acerca do *settled status*. Neste contexto, vários inquiridos manifestaram a sua opinião acerca desta questão da pouca informação que lhes chega na resposta aberta do questionário: “a informação do Brexit não está a ser divulgada para as massas” e “as notícias que nos chegam são contraditórias”. Note-se, neste contexto, que numa fase mais inicial, o conselho do Consulado português era o de regularizar a situação de residência (isto é, adquirir o certificado de residente permanente) (Agência Lusa, 2017b) e, mais recentemente, é o de adquirir o certificado de residente permanente apenas se os emigrantes desejarem prosseguir para a aquisição de cidadania britânica.

Gráfico 2 Planos dos portugueses emigrados no Reino Unido relativamente ao novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido



Quadro 3 Grau de conhecimento dos portugueses emigrados no Reino Unido acerca do novo estatuto para cidadãos europeus a residir no Reino Unido, por habilitação literária

Habilitação literária	Não, não tinha conhecimento	Sim, tinha conhecimento	Total
1.º e 2.º Ciclos	45.9	54.1	100.0
3.º Ciclo	45.7	54.3	100.0
Ensino secundário	33.6	66.4	100.0
Licenciatura	23.8	76.2	100.0
Outros graus de ensino superior	19.6	80.4	100.0
Total	32.1	67.9	100.0

Nota N=1012. Chi square=41,710, df=4, p=0.000000.

São os inquiridos mais instruídos (80,4%) (quadro 3) os mais informados acerca do novo estatuto. Os inquiridos que auferem rendimentos mais baixos têm um acesso à informação mais dificultado e, muitas vezes, essa informação chega-lhes de forma distorcida, para além de que, podem estar menos interessados em questões políticas e legais.

A maioria dos inquiridos não pretende tomar qualquer ação relativamente à aquisição do novo estatuto, aguardando novos progressos nas negociações (47%) e outros estão indecisos (16%), o que espelha o clima de incerteza e a desconfiança nas instituições britânicas e europeias.

Até 29 de março de 2019, são os inquiridos menos instruídos os menos favoráveis a solicitar o novo estatuto (3%), contrariamente aos mais instruídos (11%). Para além disto, são igualmente os inquiridos que auferem rendimentos mais altos (40%), os mais propensos a

solicitar este novo estatuto, assim como os que residem no Reino Unido há mais tempo (no mínimo há 5 anos) e os que têm certificado de residente permanente (40%).

Independentemente da decisão de solicitar ou não o novo estatuto, 55% dos inquiridos reconhecem o esforço do governo no sentido de simplificar o processo de aquisição do *settled status* e de, até março de 2019, assegurar o estatuto e direitos atuais dos cidadãos europeus, revelando que tal atitude é importante e determinante na decisão que tomaram/vão tomar. Contrariamente, 29% referem que estes esforços do governo não são significantes nem alteram as suas atitudes. Com efeito, alguns inquiridos consideram que “o esforço deste governo é mínimo”, que acham “estranho a falta de ação com o aproximar do Brexit” e que o país tem mostrado ser “uma desilusão em civismo e respeito pelas pessoas”, transparecendo a forma como os respondentes se sentem - desvalorizados, desprotegidos e indesejados. A juntar a isto, salienta-se a falta de confiança nas instituições, bem como a sensação de os seus direitos não estarem a ser valorizados. Efetivamente, a confiança do público no sistema político foi erodida com os sucessivos fracassos e governos em controlar a imigração, bem como noutras áreas de governação (McLaren, 2003 citado por Clarke *et al.*, 2017). Os inquiridos que residem no Reino Unido há menos tempo (no máximo há 4 anos) (50%) são mais propensos a admitir que os esforços do governo são indiferentes na decisão que tomaram/vão tomar pois, estando a residir há menos tempo mais facilmente saem do país.

Notas finais

Os rendimentos anuais, o grau de instrução e o tempo de residência dos respondentes mostraram-se determinantes na formação de opinião, alteração de atitudes e aspirações migratórias. Os portugueses a residir no Reino Unido são contra o Brexit (81%), em especial os mais instruídos e os que auferem melhores rendimentos pois, aqueles menos qualificados e cujos salários são mais baixos, competem pelos mesmos empregos do que os restantes imigrantes, são mais influenciados pelo sensacionalismo dos media e mediatismo do UKIP (Ford e Goodwin, 2017) e correspondem igualmente aos *left behind* do processo da globalização, os que não tiram partido da integração europeia e das poucas barreiras comerciais propiciadas pela livre circulação (Clarke *et al.*, 2017) e, assim, formam uma ideia mais negativa acerca da imigração e integração europeias. A comunidade portuguesa residente no Reino Unido, em particular os indivíduos em situação económica mais desfavorável, acredita sentir os efeitos do Brexit ainda em 2018, com quase dois terços dos respondentes a revelar que o Brexit vai impactar as suas vidas, antes mesmo da data oficial da saída do Reino Unido da União Europeia. São os emigrantes que se encontram em situações económicas mais precárias que, em primeiro lugar, menos têm possibilidades financeiras e apoio social para provar a residência no país e, em segundo, aqueles cuja permanência no país mais fica em risco se o novo regime migratório der, conforme se prevê, prioridade aos imigrantes qualificados e com melhor estatuto socioeconómico (Vargas-Silva, 2016). Apesar disso, a maioria dos respondentes não considera adotar medidas de resistência ao Brexit e a oposição à adoção de medidas de protesto contra o Brexit talvez seja resultado do carácter temporário, do ponto de vista da duração das estadias, da mobilidade líquida (King, 2017b). Por outro lado, a atratividade do Reino Unido não foi comprometida pelo Brexit, pois o país mantém-se atrativo para aqueles que o procuram pelos seus salários superiores aos de Portugal e igualmente para aqueles com uma maior mobilidade europeia (espontânea e temporária) que o procuram com o objetivo de alcançar determinado estatuto socioeconómico e/ou ambição profissional. Partindo, igualmente, dos princípios da mobilidade líquida, um terço dos respondentes são favoráveis à sua saída do Reino Unido em consequência do Brexit, revelando que os mais instruídos e com melhores rendimentos, e médios no caso da amostra deste estudo, são os mais propensos a sair do Reino Unido. Contudo, cerca de metade dos respondentes deseja permanecer no país, até à saída oficial e os restantes tendem a aguardar novos progressos nas negociações entre a União Europeia e o Reino Unido antes de tomar uma decisão, destacando a opção pela abordagem *wait and see* exposta por Lulle *et al.* (2017). A suposta oficialização do Brexit e do fim do período transitório

apenas concedem um maior grau de certeza aos planos futuros destes cidadãos, com quase 80% dos respondentes a optar pela permanência no Reino Unido até março de 2021. Esta deve ser acompanhada pela adoção de estratégias de integração cívica, devido à incerteza que caracteriza o momento pós-referendo do Brexit, no entanto, só cerca de metade dos respondentes as adota e, os que o fazem são, tipicamente, aqueles mais desfavorecidos economicamente. O número de inquiridos que optou pela abordagem *wait and see* e pela adoção de estratégias de integração revela que o Brexit é responsável por um sentimento de insegurança no seio da comunidade portuguesa residente no Reino Unido. Apesar disto, conclui-se que o fraco papel do Brexit na alteração das aspirações migratórias dos portugueses no Reino Unido se justifica, como Lulle *et al.* (2017) indicam, pela peculiaridade relativamente à sua natureza europeia, jovem, qualificada dos migrantes, espontaneidade e imprevisibilidade dos respetivos fluxos e carácter temporário das suas estadias da mobilidade líquida. Por fim, neste sentido, o Brexit representa uma ameaça à continuação destes fluxos portugueses para o Reino Unido.

Referências bibliográficas

- Agência Lusa (2017b), “Brexit: pedidos de residência e passaporte britânico por portugueses dispararam após junho de 2016”, *Diário de Notícias*, in press.
- Clarke, H. D., M. Goodwin e P. Whiteley (2017), *Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Dustmann, C., e T. Frattini (2014), “The fiscal effects of immigration to the UK”, *The Economic Journal*, 124 (580).
- Ford, R., e M. Goodwin (2017), “A nation divided”, *Journal of Democracy*, 28 (1), pp. 17-30.
- Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (2014), *Relatório da Emigração 2013*, Portal das Comunidades Portuguesas, Lisboa.
- Gomes, R., J.T. Lopes, H. Vaz, L. Cerdeira, R. Ganga, M.L. Machado, D. Magalhães, B. Cabrito, T. Patrocínio, S. Silva, R. Brites e P. Peixoto (2015), *Fuga de Cérebros: Retratos da Emigração Portuguesa Qualificada*, Lisboa, Bertrand.
- King, R. (2017a), “‘What have I done to deserve this?’ The aftershocks of Brexit for London’s EU migrants”, *LSE Brexit*.
- King, R. (2017b), “Theorising new European youth mobilities”, *Popul Space Place*; 24:e2117.
- King, R. (2017b), “Theorising new European youth mobility”, *Popul Space Place*; 24:e2117.
- KPMG (2017), *The Brexit Effect on EU Nationals: A Survey on What European Workers Will Do Now*.
- Lulle, A., L. Moroşanu e R. King (2017), “And then came Brexit: Experiences and future plans of young EU migrants in the London region”, *Popul Space Place*; 24:e2122.
- Moreh, C., D. Mcghee e A. Vlachantoni (2016), “Should I stay or should I go? Strategies of EU citizens living in the UK in the context of the EU referendum”, *ESRC Briefing*, 35, ESRC Centre for Population Change.
- Peixoto, J., I. Oliveira, J. Azevedo, J.C. Marques, P. Góis, J. Malheiros e P. Madeira (orgs.) (2016), *Regresso ao Futuro: A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Gradiva.
- Pires, R.P., J. Azevedo, I. Vidigal e C.M. Veiga (2019), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2019*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL.
- Pires, R.P., C. Pereira, J. Azevedo, I. Espírito-Santo e I. Vidigal (2015), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2015*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

- Pires, R.P., C. Pereira, J. Azevedo, I. Vidigal e C.M. Veiga (2017), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2017*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMRE042017.
- Pont, M., e D. Peta (2017), “*What do Citizens Want from Brexit? Survey Findings*”, ECAS (European Citizen Action Service), Citizen Brexit Observatory, Brussels.
- Remigi, E., V. Martin e T. Sykes (2017), *In Limbo: Brexit testimonies from EU citizens in the UK*, 2.ª ed., Byline Books.
- Salfeld, B., & Merritt, M. (2017). *European Disunion: How Brexit Weakens the United Kingdom*, senior Thesis. Trinity College & University, Hartford, Connecticut.
- Sumption M. (2017b), *The Burden of Proof: How Will the Application Process Work for Citizens After Brexit?*, COMPAS, The Migration Observatory, Universidade de Oxford.
- Vargas-Silva, C. (2016), “EU migration to and from the UK after Brexit”, *Intereconomics*, 51 (5), pp. 251-255.

OEm

Observatório da Emigração

O Observatório da Emigração é uma estrutura técnica e de investigação independente integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, onde tem a sua sede. Funciona com base numa parceria entre o CIES-IUL, o Centro de Estudos Geográficos (CEG), da Universidade de Lisboa, o Instituto de Sociologia (IS-UP), da Universidade do Porto, e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS), da Universidade de Lisboa. Tem um protocolo de cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Série	OEm Working Papers, 7
Título	O Brexit e os emigrantes portugueses no Reino Unido
Autores	Raquel Xavier Rocha, Jennifer McGarrigle e Alina Esteves
Editor	Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL
Data	Novembro de 2020
ISSN	2183-5438
DOI	10.15847/CIESOEMWP062020
URI	

Como citar Rocha, Raquel Xavier, Jennifer McGarrigle e Alina Esteves (2020), "O Brexit e os emigrantes portugueses no Reino Unido", *OEm Working-Papers*, 7, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMWP062020

www.observatorioemigracao.pt



Parceiros



Centro de Estudos Geográficos
IGOT - UNIVERSIDADE DE LISBOA



Apoios



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



COMUNIDADES
PORTUGUESAS